JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.06.14 07:15:59 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Sexta-feira, 14 de junho de 2024 • Nº 1823 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

CÂMBIO

JOÉDSON ALVES/ABRASIL

Alckmin diz ter confiança de que dólar vai cair

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin (**foto**), afirmou ontem que o governo tem absoluta confiança de que a alta do dólar é transitória e que a cotação da moeda internacional vai ceder. A declaração foi feita um dia depois de a moeda americana ter ultrapassado a cotação de R$ 5,40 pela primeira vez desde janeiro de 2023. "Nós temos absoluta confiança de que o dólar vai cair, isso é coisa momentânea", afirmou. A moeda norte-americana tem apresentado tendência de alta desde o fim do ano passado, quando era negociada por volta de R$ 4,80. Nesta semana, a cotação foi impulsionada por fatores como um discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre equilíbrio das contas públicas com aumento de arrecadação; e a devolução pelo Congresso de uma medida provisória (MP) editada pelo governo que pretendia limitar a compensação que empresas podem fazer do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Com a MP, o governo esperava arrecadar R$ 29,2 bilhões. Outro fator que contribuiu para o nervosismo da moeda foi a decisão do Banco Central americano de não cortar a taxa de juros. PÁGINA 2

META FISCAL

Governo anuncia que vai acelerar agenda de corte de gastos públicos

Após a devolução da medida provisória que pretendia limitar a compensação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o governo acelerará a agenda de revisão de gastos públicos, disseram nesta quinta-feira, em Brasília, os ministros Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Eles se reuniram para discutir o tema e reafirmaram a unidade da equipe econômica em torno do corte de gastos. "Começamos a discutir (o Orçamento de) 2025, a agenda de gastos. Vamos manter um ritmo mais intenso de trabalho neste mês, porque, em julho, começa a ser montada a peça orçamentária, e, em agosto, a peça é encaminhada ao Congresso Nacional. Estamos fazendo uma revisão ampla, geral e irrestrita do que pode ser feito para acomodar as várias pretensões legítimas do Congresso e do Executivo, mas sobretudo para garantir que tenhamos tranquilidade no ano que vem", declarou Haddad. PÁGINA 2

VÍTIMA ENCARCERADA

FOTOS FERNANDO FRAZÃO/ABRASIL

Milhares de pessoas, maioria mulheres, foram às ruas nesta quinta-feira, no Rio, São Paulo e Brasília, contra o PL que iguala o crime de aborto ao de homocídio

Manifestantes vão às ruas contra PL que equipara aborto a homicídio

Manifestantes realizaram atos ontem em diversas cidades do país, como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília, contra o projeto de lei que equipara o aborto a homicídio. Com faixas e cartazes, os manifestantes argumentam que a aprovação da proposta, que tramita na Câmara, vai colocar em risco a vida de milhares de brasileiras, especialmente meninas, que são as principais vítimas da violência sexual no país, além de desrespeitar os direitos das mulheres já previstos em lei. O Projeto de Lei 1904/24 prevê que o aborto realizado acima de 22 semanas de gestação,em qualquer situação, passará a ser considerado homicídio, inclusive no caso de gravidez resultante de estupro. A pena será de seis a 20 anos para mulher que fizer o procedimento. Atualmente, a legislação permite o aborto ou a interrupção de gravidez em casos em que a gestação decorre de estupro, de risco de vida para a mãe e de bebês anencefálicos. Não está previsto um tempo máximo da gestação para que seja realizado. Na legislação atual, o aborto é punido com penas que variam de um a três anos de prisão, quando provocado pela gestante; de um a quatro anos, quando médico ou outra pessoa provoque um aborto com o consentimento da gestante.

2023

País reconhece mais de 77 mil pessoas como refugiadas

PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: -0,31% / 119.567,53 / -368,49 / Volume: R$ 18.473.873.136 / Negócios: 3.523.342

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
P.ACUCAR-CBDON NM	3.00	+3.45	+0.10
RAIZEN PN N2	2.800	+4.87	+0.130
BRASKEM PNA N1	18.37	+2.68	+0.48
CSNMINERACAOON N2	4.990	+3.31	+0.160
SABESP ON NM	74.47	+1.79	+1.31

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
MRV ON NM	6.61	–4.48	–0.31
VAMOS ON NM	6.900	–4.43	–0.320
PETZ ON NM	3.38	–3.43	–0.12
B3 ON NM	10.08	–3.08	–0.32
COGNA ON ON NM	1.66	–1.78	–0.03

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
PETROBRAS PN EDJ N2	35.46	–1.01	–0.36
B3 ON NM	10.08	–3.08	–0.32
VALE ON NM	60.83	+1.15	+0.69
ITAUUNIBANCOPN N1	31.17	–1.05	–0.33
BRADESCO PN EJ N1	12.70	+0.08	+0.01

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	38.647,1	-0,17
NASDAQ Composite	17.667,559	+0,34
CAC 40	7.708,02	-1,99
FTSE 100	8.163,67	-0,63
DAX	18.265,68	-2,03
Ftse Mib	33.609,85	-2,18

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	0,89% (mai.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,46% (mai.)	Compra: 5,8272	Venda: 6,0072
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(08/05)	10,50%	(08/05)	10,40%	Compra: 5,3974	+0,15%
TR		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(14/06)	0,0885%	BM&F/grama	R$ 399,77	Compra: 5,3664	Venda: 5,3670
Poupança		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(14/06)	0,5889%	Compra: 5,7630	Venda: 5,7636	Compra: 5,3970	Venda: 5,5770

Economia

MERCADOS

Bolsa renova piso do ano pela décima vez, ao cair 0,31%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

Vindo de perda de 1,4% na quarta-feira, quando em Nova York tanto o S&P 500 como o Nasdaq já voltavam a renovar máximas históricas de fechamento, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) se manteve na defensiva ontem, mesmo com a relativa descompressão observada no câmbio e na curva de juros doméstica. O Índice Bovespa (Ibovespa) permaneceu agarrado à linha d'água em boa parte da sessão, e encerrou abaixo dela, em retração de 0,31%, aos 119.567,53 pontos. Estendeu, assim, a série negativa que o coloca agora na décima renovação de mínima de encerramento no ano desde 28 de maio, em intervalo de 12 sessões - no qual subiu em apenas duas.

Após o reforço de giro na quarta-feira com o vencimento de opções sobre o Ibovespa, o volume financeiro de ontem caiu para R$ 18,4 bilhões. Na semana, o Ibovespa recua 0,99%, colocando as perdas do mês a 2,07% e as do ano a 10,89%. Onem, oscilou entre mínima de 119.170,66 e máxima de 120 222,24, saindo de abertura aos 119.936,02 pontos. Em Nova York, o quadro é distinto, com o S&P 500 em alta de 2,96% e o Nasdaq, de 5,57%, nesta primeira metade de junho.Ontem, a ação de maior peso no Ibovespa, Vale ON, que ainda acumula perda de 3,75% no mês e de 17,67% no ano - em decorrência, em especial, da perspectiva para a demanda chinesa, que afeta diretamente o preço do minério de ferro -, conseguiu subir 1,15%, ainda negativa para Petrobras ON (-1,31%) e PN (-1,01%). Mesmo com o minério em alta de 0,93% em Dalian (China), o fechamento foi negativo para outros nomes do setor metálico, como CSN (ON -0,08%) e Gerdau (PN -0,23%).Entre os grandes bancos, a sessão foi mista, entre perda de 1,05% (Itaú PN, na mínima do dia no encerramento, a R$ 31,17) e ganho de 0,68% (BB ON).

Na ponta do Ibovespa, destaque para Raízen (+4,87%), Pão de Açúcar (+3,45%) e CSN Mineração (+3,31%) No lado oposto, MRV (-4,48%), Vamos (-4,43%) e Petz (-3,43%).

Dólar cai 0,7% O dólar encerrou a sessão de ontem em baixa firme no mercado doméstico, após quatro pregões consecutivos de valorização, que culminaram na quarta-feira com o fechamento acima da linha de R$ 5,40 pela primeira vez desde 4 de janeiro de 2023. Com mínima a R$ 5,3633 à tarde, o dólar à vista terminou o dia em baixa de 0,7%, cotado a R$ 5,3686.

Apesar de recuar ontem, a moeda sobe 0,82% na semana e 2,24% nos nove primeiros pregões de junho. No ano, o dólar ainda acumula valorização de dois dígitos (10,62%) em relação ao real.

META FISCAL

Governo decide acelerar agenda de corte de gastos

WELTON MÁXIMO/ABRASIL

Após a devolução da medida provisória que pretendia limitar a compensação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), o governo acelerará a agenda de revisão de gastos públicos, disseram nesta quinta-feira, em Brasília, os ministros Fazenda, Fernando Haddad, e do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet. Eles se reuniram para discutir o tema e reafirmaram a unidade da equipe econômica em torno do corte de gastos.

"Começamos a discutir (o Orçamento de) 2025, a agenda de gastos. Vamos manter um ritmo mais intenso de trabalho neste mês, porque, em julho, começa a ser montada a peça orçamentária, e, em agosto, a peça é encaminhada ao Congresso Nacional. Estamos fazendo uma revisão ampla, geral e irrestrita do que pode ser feito para acomodar as várias pretensões legítimas do Congresso e do Executivo, mas sobretudo para garantir que tenhamos tranquilidade no ano que vem", declarou Haddad.

Segundo o ministro, a agenda de gastos envolverá tanto despesas primárias (executadas com a arrecadação de tributos), financeiras (desenvolvidas com recursos da dívida pública e do Banco Central) e gastos tributários (benefícios fiscais que impactam a arrecadação).

"Gasto primário tem de ser revisto. Gasto tributário tem de ser revisto e gasto financeiro do Banco Central também. Quanto mais esses três gastos estiverem caindo, melhor para o país", frisou Haddad.

O ministro desmarcou um seminário com investidores no Rio de Janeiro para se reunir com Tebet. Segundo Haddad, o Congresso Nacional está comprometido em lançar a agenda de revisão de gastos após o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, devolver trechos da medida provisória do PIS/Cofins.

"Ela (a agenda de revisão de gastos) está ganhando ao longo do tempo tração cada vez maior. Eu e a Simone (Tebet) temos conversado cada vez mais sobre isso. Hoje, a reunião foi sobre isso. Eu penso que nessa agenda o Congresso está muito disposto a avançar, tenho dito isso", declarou.

COMBATE A PRIVILÉGIOS

Em audiência pública na quarta-feira na Comissão Mista de Orçamento, Tebet explicou que a agenda de revisão de gastos terá três frentes.

A primeira é a fiscalização e eliminação de fraudes de programas sociais, como o Bolsa Família. A segunda é a redução de incentivos fiscais. A terceira é a modernização de despesas obrigatórias, como saúde, educação e benefícios previdenciários.

O ministro Haddad disse que a agenda também envolve o combate a privilégios. "Nós queremos rever gastos primários, estamos dispostos a cortar privilégios. Voltaram à tona vários temas que estão sendo discutidos de novo, o que é bom, como supersalários, como correção de benefícios concedidos ao arrepio da lei, correção de cadastros. Isso tudo voltou para a mesa. Nós achamos que é ótimo isso acontecer, porque vai facilitar o trabalho de equilibrar as contas", assegurou.

INCENTIVOS FISCAIS

Ao lado de Haddad, Tebet defendeu especialmente a revisão de incentivos fiscais. "Se estamos falando de R$ 630 bilhões em renúncia só de gastos tributários, imagina em outras medidas, então tem uma ampla margem (de revisão de gastos). Ainda há algumas cartas na manga, o ministro Haddad sabe ainda de onde fazer esse recurso inclusive com relação a fraudes", disse.

Assim como na audiência pública na Comissão Mista de Orçamento, a ministra disse que a agenda de revisão de gastos está em fase inicial. Segundo Tebet, os dois ministros têm total liberdade para levantar pontos e apresentar propostas para posteriormente definir os filtros. "O cardápio ainda não foi apresentado ao presidente Lula", declarou.

A fala de Haddad, ao lado da ministra do Planejamento, Simone Tebet, ocorre numa semana de piora do mercado financeiro diante de uma percepção de que o governo não consegue tocar uma agenda de corte de gastos.

PIS/COFINS

O ministro da Fazenda repetiu que a equipe econômica - principalmente a Receita Federal - apoiará o Senado no desenvolvimento de uma alternativa para compensar a devolução da medida provisória do PIS/Cofins.

Por determinação do Supremo Tribunal Federal, o governo e o Congresso precisam entrar em um acordo até o fim de julho para que a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia e de pequenos municípios seja prorrogada.

Segundo o ministro, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), se encarregou de fazer a interlocução da equipe econômica com os senadores. "O dia a dia da Receita Federal é localizar brechas (tributárias) que estão sendo utilizadas, o que inclusive corrompe o sistema de concorrência. Porque se um empresário está fazendo uma coisa e o outro está fazendo individualmente, você desequilibra o jogo da concorrência. E o que nós queremos na economia", justificou Haddad.

GRÃOS

Brasil colherá 297,5 milhões de toneladas

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

A produção de grãos projetada para a safra 2023/2024 é 297,54 milhões de toneladas, volume é 7% inferior ao registrado na temporada anterior. A diferença entre as duas safras é 22,27 milhões de toneladas, de acordo com o 9º Levantamento da Safra de Grãos divulgado ontem pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A companhia explica que essa quebra é resultado das "condições climáticas adversas" que acabaram por influenciar as principais regiões produtoras do país. "Já os cultivos de segunda safra, que tiveram a colheita iniciada, têm apresentado melhores produtividades", informou a Conab, ao comparar a estimativa atual com a anterior, publicada em maio. O aumento projetado é 2,1 milhões de toneladas, com destaque para milho, algodão em pluma e feijão.

A estimativa de produção do milho 2ª safra está em 88,12 milhões de toneladas. Neste ciclo, a colheita chega a 7,5% da área semeada, tendo por base divulgação anterior da Conab, no levantamento Progresso de Safra, na semana passada.

Apesar da disparidade das condições climáticas que foram registradas no país, "foi verificado em importantes estados produtores uma melhora na produtividade das lavouras".

Mato Grosso do Sul, São Paulo e parte do Paraná registraram redução e/ou falta de chuvas durante o ciclo do milho 2ª safra. Isso resultou em quedas no potencial produtivo.

No entanto, em Mato Grosso, no Pará, Tocantins e parte de Goiás, as precipitações "bem distribuídas ao longo do desenvolvimento da cultura", associado à tecnologia usada pelo produtor resultaram em "boas produtividades nos talhões colhidos e boas perspectivas nas áreas ainda em maturação".

Diante desse cenário, a estimativa para a produção total do grão é 114,14 milhões de toneladas. "O clima também tem favorecido o algodão, cujas lavouras se encontram predominantemente nos estágios de formação de maçãs e maturação.

Nesta temporada, a área semeada está estimada em 1,94 milhão de hectares, crescimento de 16,9%, o que influencia na expectativa de incremento de 15,2% na produção da pluma, podendo chegar a 3,66 milhões de toneladas", detalhou a Conab.

ARROZ

A situação do arroz é bem melhor do que o cenário sugerido em meio às enchentes registradas no Rio Grande do Sul, estado que, sozinho, corresponde por mais de 70% de área cultivada e da produção deste grão no país. O levantamento da Conab prevê uma produção de quase 10,4 milhões de toneladas de arroz nesta safra.

CÂMBIO

Alckmin diz que governo tem confiança de que dólar vai cair

BRUNO DE FREITAS MOURA/ABRASIL

O presidente em exercício e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, afirmou ontem que o governo tem absoluta confiança de que a alta do dólar é transitória e que a cotação da moeda internacional vai ceder.

A declaração foi feita um dia depois de a moeda americana ter ultrapassado a cotação de R$ 5,40 pela primeira vez desde janeiro de 2023. "Nós temos absoluta confiança de que o dólar vai cair, isso é coisa momentânea", afirmou. A moeda norte-americana tem apresentado tendência de alta desde o fim do ano passado, quando era negociada por volta de R$ 4,80.

Nesta semana, a cotação foi impulsionada por fatores como um discurso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva sobre equilíbrio das contas públicas com aumento de arrecadação; e a devolução pelo Congresso de uma medida provisória (MP) editada pelo governo que pretendia limitar a compensação que empresas podem fazer do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Com a MP, o governo esperava arrecadar R$ 29,2 bilhões.

Outro fator que contribuiu para o nervosismo da moeda foi a decisão do Federal Reserve (FED, o Banco Central americano) de não cortar a taxa de juros, ou seja, um sinal recessivo para as economias norte-americana e mundial.

Alckmin reforçou o compromisso do governo com o equilíbrio das contas públicas e acrescentou que esse foi o motivo de o governo editar a MP que inibia as compensações tributárias.

"O governo do presidente Lula tem compromisso com o arcabouço fiscal. Aliás, a questão da MP foi exatamente para poder, de um lado, cumprir a responsabilidade fiscal, que é compromisso do governo brasileiro; e de outro, cumprir uma decisão do ministro Cristiano Zanin, do Supremo Tribunal Federal", declarou.

Alckmin se referia à decisão de Zanin do último dia 17, que suspendeu, por 60 dias, o processo que trata da desoneração de impostos sobre a folha de pagamento de 17 setores da economia e de determinados municípios até 2027.

LEGISLATIVO

Sobre a relação com o Congresso após a devolução da MP e a busca por medidas que compensem as desonerações sobre a folha de pagamento, Alckmin fez questão de passar uma palavra de confiança ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

"Tem feito um bom trabalho", e definiu o governo como "de diálogo". "Eu tenho certeza que [a iniciativa do governo] vai ser um esforço para melhorar a arrecadação e, do outro lado, para buscar melhor eficiência no gasto público, possibilitando fazer mais com menos dinheiro", declarou.

INVESTIMENTOS

As declarações do presidente em exercício foram feitas durante o FII Priority Summit, evento patrocinado por um fundo de investimentos do governo da Arábia Saudita, que reuniu líderes empresariais e autoridades no hotel Copacabana Palace, no Rio de Janeiro.

FOLHA DE PAGAMENTO

Senado estuda usar atualização do IR e repatriação para repor desoneração

DANIEL WETERMAN/AE

O Senado vai começar a montar um cardápio de propostas para compensar a desoneração da folha salarial dos 17 setores que mais empregam e de municípios, após o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), devolver parte da medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) que limitava a compensação de créditos do PIS (Programa de Integração Social) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social).Entre as propostas estudadas, estão: a atualização de bens de pessoas físicas e jurídicas no Imposto de Renda; a repatriação de recursos no exterior com regularização dos valores e pagamento de imposto no Brasil; e o uso de recursos esquecidos em contas judiciais de pessoas que ganharam ações na Justiça e não sacaram os valores nem manifestaram interesse em reaver as quantias.

Os senadores também discutem vincular a taxação de compras internacionais acima de US$ 50, aprovada em outro projeto, como fonte de compensação.Ainda não há a definição exata de quais medidas serão apresentadas, e nem o cálculo do impacto financeiro dessas novas fontes.

Pacheco decidiu devolver os trechos da medida provisória que limitavam o uso de créditos decorrentes da tributação do PIS/Cofins pelas empresas após forte reação de diversos setores, principalmente da indústria e do agronegócio.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278 / (11) 2655-1899

publicidade@diariodoacionista.com.br

EMISSÃO S.A.

CNPJ/ME nº 39.110.879/0001-60 - NIRE nº 3330030994-2

Edital de Convocação - Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores Acionistas da **Emissão S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Ata de Assembleia Geral Extraordinária ("AGE"), a ser realizada no dia 24.06.2024, às 10:00 horas, de modo **exclusivamente digital**, nos termos do artigo 132, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das S.A."), para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I.** Surtir efeitos das alterações realizadas na Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") realizada em 28.02.2024. **Informações gerais:** Para participar e votar, por meio de sistema eletrônico, o Acionista deverá enviar solicitação à Companhia, acompanhado do instrumento de mandato, devidamente regularizado na forma da lei e do Estatuto Social da Companhia, na hipótese de representação por procurador, para o endereço de e-mail cesar@mplegal.com.br, até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGE (isto é, até às 10:00 horas do dia 22/06/2024). Em resposta ao e-mail, a Companhia enviará aos senhores Acionistas, que manifestarem seu interesse em participar da AGE por meio do sistema eletrônico e que, após a análise dos documentos enviados e comprovação da titularidade das ações, estejam aptos a participar da AGE, as regras para participação e os procedimentos necessários e suficientes para acesso e utilização do sistema eletrônico pelo Acionista.

Rio de Janeiro, 14.06.2024 - **Presidente do Conselho de Administração**

EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO DA 1ª DIVISÃO
DE EXÉRCITO (CMDO 1ª DE)

MINISTÉRIO DA DEFESA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

O Comando da 1ª Divisão de Exército (Cmdo 1ª DE), UASG 160297, torna público que fará realizar a licitação na modalidade Pregão eletrônico, nº 90009/2024, do maior desconto por item, sob o Nº do Processo: 64277.003021/2024-03, cujo o objeto é a proposta mais vantajosa para a Cessão de uso, a título oneroso, de uma área, medindo 22,80 m² (vinte e dois vírgula oitenta metros quadrados), localizada na Avenida Duque de Caxias, nº 590, Vila Militar, Rio de Janeiro - RJ, jurisdicionado ao Exército Brasileiro, para funcionamento de Estabelecimento de fotografia. O edital e anexos encontram-se disponíveis no Endereço: Av. Duque de Caxias, 1965, Vila Militar - Rio de Janeiro/RJ, no PNCP ou no sitio https://www.gov.br/compras/, sendo a Abertura das Propostas no dia 02/07/2024 às 10h00 no site www.gov.br/compras.

TERP GLBL Brasil I Participações Ltda.

CNPJ/MF nº 21.748.188/0001-20

Balanços patrimoniais – 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8.434	4.144	18.668	16.997
Contas a receber	32.138	26.620	43.287	32.232
Estoques	3.008	735	4.918	2.494
Dividendos a receber	49.119	47.128	–	–
Impostos a recuperar	8.871	8.379	9.076	8.516
Despesas antecipadas	1	2	956	1.042
Outros	25.106	812	29.217	4.459
Total do ativo circulante	**126.677**	**87.820**	**106.122**	**65.740**
Não circulante				
Contas a receber	–	–	55.760	60.540
Investimento	849.566	925.961	–	–
Imobilizado	6.847	7.327	868.639	946.705
Arrendamento	1.122	1.785	26.932	26.698
Depósitos judiciais	–	–	442	–
Total do ativo não circulante	**857.535**	**935.073**	**951.773**	**1.033.943**
Total do ativo	**984.212**	**1.022.893**	**1.057.895**	**1.099.683**

	Controladora		Consolidado	
Passivo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Contas a pagar	**33.420**	**5.278**	**39.113**	**14.455**
Impostos e contribuições a recolher	177	1.550	8.715	8.639
Salários e encargos sociais	289	310	289	308
Dividendos a pagar	47.971	53.304	47.971	53.304
Arrendamento	530	868	1.020	1.295
Outras contas a pagar	156	–	159	–
Total do passivo circulante	**82.543**	**61.310**	**97.267**	**78.001**
Não circulante				
Contas a pagar	–	–	12.443	16.849
Arrendamento	861	1.290	28.977	27.620
Outras contas a pagar	–	–	18.400	16.920
Total do passivo não circulante	**861**	**1.290**	**59.820**	**61.389**
Patrimônio líquido				
Capital social	388.413	388.413	388.413	388.413
Reservas de capital	4.163	4.163	4.163	4.163
Reservas de lucros	508.232	567.717	508.232	567.717
Total do patrimônio líquido	**900.808**	**960.293**	**900.808**	**960.293**
Total do passivo e do patrimônio líquido	**984.212**	**1.022.893**	**1.057.895**	**1.099.683**

Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	**38.838**	**35.900**	**353.665**	**323.039**
Custo de geração de energia	(41.634)	(41.014)	(142.434)	(115.045)
(Prejuízo) Lucro bruto	(2.796)	(5.114)	211.231	207.994
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(9.117)	(7.987)	(6.830)	(14.143)
Resultado com equivalência patrimonial	196.943	188.512	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.981)	4.317	(7.418)	(495)
	194.537	**184.842**	**(14.248)**	**(14.638)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro e dos impostos	**183.049**	**179.728**	**196.983**	**193.356**
Resultado financeiro				
Receitas financeiras	1.103	2.036	3.285	3.313
Despesas financeiras	(270)	(252)	(4.555)	(4.604)
	833	**1.784**	**(1.270)**	**(1.291)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**183.882**	**181.512**	**195.713**	**192.065**
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	–	(297)	(11.831)	(10.850)
	–	(297)	(11.831)	(10.850)
Lucro líquido do exercício	**183.882**	**181.215**	**183.882**	**181.215**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**183.882**	**181.215**	**183.882**	**181.215**
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes líquidos	–	–	–	–
Total de resultados abrangentes do exercício	**183.882**	**181.215**	**183.882**	**181.215**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reservas de lucros			
	Capital social	**Reserva de capital**	**Retenção de lucros**	**Lucros acumulados**	**Total patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**388.413**	**4.163**	**490.093**	**–**	**882.669**
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(58.287)	–	(58.287)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	181.215	181.215
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(45.304)	(45.304)
Reserva de dividendos complementares	–	–	135.911	(135.911)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**388.413**	**4.163**	**567.717**	**–**	**960.293**
Declaração de dividendos ocorridas no exercício	–	–	(197.397)	–	(197.397)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	183.882	183.882
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	(45.970)	(45.970)
Reserva de dividendos complementares	–	–	137.912	(137.912)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**388.413**	**4.163**	**508.232**	**–**	**900.808**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**183.882**	**181.215**	**183.882**	**181.215**
Ajustes de itens sem desembolso de caixa para conciliação do lucro líquido com o fluxo de caixa				
Depreciação e amortização da mais valia	8.695	7.747	89.829	71.812
Depreciação de arrendamento	859	766	1.812	1.652
Juros sobre arrendamento	132	126	2.404	2.280
Baixa de ativo imobilizado	1.729	–	3.662	1.561
Resultado de equivalência patrimonial	(196.943)	(188.512)	–	–
Atualização para provisão de desmobilização	–	–	1.482	–
(Aumento) redução nos ativos operacionais				
Contas a receber	(5.518)	(15.381)	(6.275)	(5.701)
Estoques	(2.273)	32	(2.424)	111
Impostos a recuperar	(492)	(2.447)	(560)	(2.482)
Depósitos judiciais	–	–	(442)	1
Despesas antecipadas	1	–	86	(80)
Outros	(24.294)	(538)	(24.758)	(950)
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Contas a pagar	28.142	(1.208)	20.252	14.727
Salários e encargos sociais	(21)	56	(19)	54
Impostos e contribuições a recolher	(1.373)	(151)	76	(4.634)
Outras contas a pagar	156	–	157	1.297
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(7.318)	(18.295)	269.164	260.863
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	188.310	164.742	–	–
Redução de capital em empresas investidas	74.355	101.349	–	–
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(1.262)	(2.842)	(15.425)	(14.732)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	261.403	263.249	(15.425)	(14.732)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de arrendamento	(1.095)	(801)	(3.368)	(3.403)
Dividendos pagos	(248.700)	(246.999)	(248.700)	(246.999)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(249.795)	(247.800)	(252.068)	(250.402)
Aumento (redução) líquido (a) do saldo de caixa e equivalente de Caixa	**4.290**	**(2.846)**	**1.671**	**(4.271)**
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	4.144	6.990	16.997	21.268
Caixa e equivalente de caixa no fim do exercício	8.434	4.144	18.668	16.997
Variação líquida do saldo de caixa e equivalente de caixa	4.290	(2.846)	1.671	(4.271)
Informações complementares:				
Valores pagos de IR:	–	–	6.821	6.705
Valores pagos de CS:	–	–	3.978	3.878

As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas, acompanhadas do Parecer da Auditoria Externa, sem ressalvas, encontram-se no site (www.elera.com/transparencia/) e na sede da Companhia.

Carlos Gustavo Nogari Andrioli
Diretor CPF: 861.403.379-68

Fernando Mano da Silva
Diretor CPF: 690.436.121-20

Hamilton Ferreira da Silva
Controller CRC: 1SP - 217.225-O

Érica Moraes da Costa Lisboa Ferreira
Contadora CRC RJ-119.036-O

JVRJ PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 06.043.135/0001-10

Relatório da Administração: Senhores Acionistas: Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos ao exame e apreciação de V.Sas, O Balanço Patrimonial acompanhado das Demonstrações Contábeis, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023, substanciada pelo parecer dos Auditores Independentes. **A Diretoria**

Balanço patrimonial em 31/12/2023 e 2022–R$ MIL

A T I V O	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
CIRCULANTE	**128.098**	**79.620**	**4.525.107**	**4.597.900**
Caixa e equivalentes de caixa	61.521	19.414	166.510	384.374
Contas a receber	–	–	1.051.776	1.125.738
Estoques	–	–	3.082.431	2.767.374
Impostos a recuperar	3.130	2.751	18.591	108.801
Dividendos e juros sobre o capital proprio	63.447	57.455	–	–
Outros créditos	–	–	205.799	211.613
NÃO-CIRCULANTE	**1.111.779**	**1.130.997**	**3.563.473**	**3.180.429**
Depósitos judiciais	3.290	3.290	62.821	53.686
Imposto de renda e contribuição social diferido	–	–	197.409	128.285
Imposto a recuperar	–	–	329.567	278.122
Instrumentos Financeiros	–	–	1.157	1.157
Contas a receber de ex-acionistas	–	–	–	–
Outros créditos	–	–	58.608	56.440
Investimentos	1.108.487	1.127.704	–	–
Imobilizado	2	3	843.395	804.780
Intangível	–	–	371.500	390.315
Ativo de Direito de uso	–	–	1.699.016	1.467.644
TOTAL DO ATIVO	**1.239.877**	**1.210.617**	**8.088.580**	**7.778.329**

P A S S I V O	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
CIRCULANTE	**257.235**	**198.407**	**3.418.612**	**3.683.522**
Fornecedores	–	–	2.001.414	1.941.597
Emprestimos e financiamentos	–	–	339.891	593.676
Salários e encargos sociais	–	–	242.193	251.761
Imposto de renda e contribuição social	–	–	11.646	51.640
Impostos e contribuições a recolher	5.048	4.928	59.561	204.040
Impostos e contribuições–parcelamento	–	–	2.147	555
Dividendos e juros sobre o capital próprio	252.128	193.420	177.618	127.183
Passivo de arrendamento	–	–	397.280	335.083
Partes Relacionadas	59	58	59	58
Instrumentos Financeiros	–	–	1.296	8.393
Outras contas a pagar	–	–	185.507	169.534
NÃO-CIRCULANTE	**3.290**	**3.290**	**2.492.234**	**1.884.025**
Empréstimos e financiamentos	–	–	656.924	326.261
Impostos e contribuições a recolher	3.290	3.290	3.290	3.290
Instrumentos Financeiros	–	–	22.339	–
Passivo de arrendamento	–	–	1.502.361	1.287.264
Impostos e contribuições–parcelamento	–	–	37.654	45.898
Provisões para contingencias	–	–	256.130	202.011
Outras Contas a Pagar	–	–	13.536	19.300
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**979.351**	**1.008.920**	**2.177.733**	**2.210.782**
Dos acionistas controladores	979.351	1.008.920	979.351	1.008.920
Capital subscrito e realizado	345.482	345.482	345.482	345.482
Reserva legal	37.899	35.924	37.899	35.924
Reservas de lucros	595.970	627.514	595.970	627.514
Participação de não controladores	–	–	1.198.382	1.201.862
TOTAL DO PASSIVO	**1.239.877**	**1.210.617**	**8.088.580**	**7.778.329**

Demonstração do resultado em 31/12/2023 E 2022 –R$ MIL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	**31/12/22**	**31/12/23**	**31/12/22**
Receita operacional líquida	–	–	14.000.806	12.880.456
Custo das Mercadorias Vendidas	–	–	(9.598.960)	(8.786.860)
Lucro bruto	–	–	4.401.846	4.093.596
Despesas/receitas operacionais	36.911	183.276	(3.797.527)	(3.284.542)
Despesas com vendas	–	–	(2.641.024)	(2.330.393)
Despesas gerais e administrativas	(6.604)	(6.077)	(411.704)	(338.607)
Resultado de avaliação de investimento	43.516	189.356	–	–
Depreciações e amortizações	(1)	(3)	(676.257)	(622.007)
Outras (despesas) receitas líquidas	–	–	(68.542)	6.465
Lucro operacional antes do resultado financeiro	36.911	183.276	604.319	809.054
Resultado financeiro	2.588	245	(555.593)	(346.283)
Receitas financeiras	2.813	551	161.949	96.617
Despesas financeiras	(225)	(306)	(717.542)	(442.900)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**39.499**	**183.521**	**48.726**	**462.771**
Imposto de renda e contribuição social	–	–	32.724	(97.316)
Diferido	–	–	81.792	15.775
Corrente	–	–	(49.068)	(113.091)
Lucro líquido do exercício	**39.499**	**183.521**	**81.450**	**365.455**
Atribuíveis aos acionistas controladores	–	–	39.499	183.521
Atribuíveis aos acionistas não controladores	–	–	41.951	181.934
Lucro líquido por ação–R$		–		
Básico e diluído	0,37	1,70		

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Período de 01/jan./23 a 31/dez./23–Valores em R$ MIL)

Descrição		Reservas de Lucros						
	Capital Social	**Legal**	**Retenção de Lucros**	**Total**	**Lucros Acumulados**	**Patrimônio Líquido Controladora**	**Participação não Controladores**	**Total**
Saldos em 31/12/2021	**345.482**	**26.748**	**513.179**	**539.927**	**–**	**885.409**	**1.047.182**	**1.932.591**
Aumento de Capital na Controlada	–	–	–	–	–	–	42.037	42.037
Resultado do exercício					183.521	183.521	181.934	365.455
Destinações propostas								
Reserva legal	–	9.176	–	9.176	(9.176)	–	–	–
Juros sobre o capital próprio					(60.010)	(60.010)	(61.390)	(121.400)
Dividendos Propostos	–	–	–	–	–	–	(7.901)	(7.901)
Retenção de lucro	–	–	114.335	114.335	(114.335)	–	–	–
Saldos em 31/12/2022	**345.482**	**35.924**	**627.514**	**663.438**	**–**	**1.008.920**	**1.201.862**	**2.210.782**
Aumento de Capital na Controlada	–	–	–	–	–	–	29.387	29.387
Resultado do exercício					39.499	39.499	41.951	81.450
Destinações propostas								
Reserva legal	–	1.975	–	1.975	(1.975)	–	–	–
Juros sobre o capital próprio			(69.068)	(69.068)	–	(69.068)	(66.287)	(135.355)
Dividendos Propostos	–	–	–	–	–	–	(8.531)	(8.531)
Retenção de lucro	–	–	37.524	37.524	(37.524)	–	–	–
Saldos em 31/12/2023	**345.482**	**37.899**	**595.970**	**633.869**	**–**	**979.351**	**1.198.382**	**2.177.733**

A Diretoria; Robson Carvalho dos Santos- Contador - CRC-RJ 083929-O2

As Demonstrações Contábeis completas para os exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 se encontram a disposição dos acionistas na sede social da Companhia.

Demonstraçao dos fluxos de caixa em 31/12/2023 e 2022–R$ MIL

	Controladora		Consolidado	
	31/12/23	**31/12/22**	**31/12/23**	**31/12/22**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	**39.499**	**183.521**	**48.726**	**462.771**
Ajustes para reconcicliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas atividades operacionais				
Depreciação e amortização	1	3	676.257	622.028
(Reversão) perdas por redução no valor recuperável do ativo imobilizado	–	–	537	(1.501)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	–	–	4	1
Novos contratos e remensuração de arrendamento	–	–	–	(2.790)
Provisão (reversão) par obsolecência dos estoques	–	–	16.855	(2.792)
Resultado de venda de ativo imobilizado e baixa de Intangível	–	–	50.469	8.988
Provisão (reversão) para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	–	–	73.743	43.031
Atualização monetária de arrendamento	–	–	234.749	177.279
Atualização monetária de depósitos judiciais	–	–	11.895	–
Encargos financeiros sobre Emprestimos e financiamento	–	–	88.230	105.800
Instrumentos Financeiros derivativos	–	–	16.399	9.781
Encargos financeiros sobre parcelamento	–	–	7.887	1.189
Parcelamento de tributos	–	–	–	–
Provisão Imposto Diferido	–	–	(109.166)	(15.775)
Resultado da avaliação de investimentos	19.218	(140.429)	–	–
Ajuste a Valor Presente	–	–	19.679	4.099
Provisão Contas a Pagar	–	–	–	40.617
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
(Aumento) redução nos ativos–Aumento (redução) nos passivos	–	–	–	–
Contas a Receber	(5.992)	(17.766)	47.053	(211.381)
Contas a Receber Ex-cotistas	–	–	–	–
Impostos a recuperar	(379)	(809)	47.300	122.405
Salários, provisões e contribuições sociais	–	–	(9.568)	62.969
Pagamento de parcelamentos	–	–	(23.075)	(29.232)
Estoques	–	–	(341.552)	(469.069)
Depósitos judiciais	–	–	(21.030)	969
Outros ativos operacionais	–	–	3.645	(23.540)
Fornecedores	–	–	(60.022)	70.715
Impostos, taxas e contribuições diversas	119	1.066	(42.606)	96.276
Instrumentos Financeiros	–	–	–	–
Riscos tributários,cíveis e trabalhistas pagos	–	–	(19.623)	(33.161)
Outras contas a pagar	–	–	40.584	(844)
Partes relacionadas a pagar	1	1	1	(19.553)
Juros sobre o capital próprio a pagar	58.708	51.008	58.708	51.008
Imposto de renda e contribuição social pagos	–	–	(95.739)	(38.383)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	**111.175**	**76.595**	**720.340**	**1.031.905**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Caixa e equivalencia de caixa recebidos na intergralização de capital com investimento em controladas	–	–	–	–
Aquisições de ativo imobilizado	–	–	(289.034)	(296.906)
Adições ao intangível	–	–	32.860	(135.370)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**–**	**–**	**(256.174)**	**(432.276)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Amortização de financiamentos	–	–	(284.001)	(138.043)
Juros Pagos	–	–	(91.351)	(100.667)
Empréstimos obtidos	–	–	364.000	80.000
AFAC	–	–	–	–
Dividendo e Juros sobre capital social pagos	–	–	(91.301)	(61.319)
Pagamentos de passivo de arrendamento	–	–	(579.377)	(515.501)
Pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio	(69.068)	(60.010)	–	–
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(69.068)**	**(60.010)**	**(682.030)**	**(735.530)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**42.107**	**16.585**	**(217.864)**	**(135.901)**
Caixa e equivalentes no início do período	19.414	2.829	384.374	520.275
Caixa e equivalentes no final do período	61.521	19.414	166.510	384.374
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	**42.107**	**16.585**	**(217.864)**	**(135.901)**

OUTONO: Sol com nevoeiro ao amanhecer. Noite de céu limpo. Manhã Tarde Noite 29º 14º 5% 06:44 17:28

INFRATORES SOLTOS

São Paulo publica edital para compra de mil tornozeleiras eletrônicas

LEONARDO ZVARICK/AE

O governo de São Paulo publicou um edital para comprar mil tornozeleiras eletrônicas com o objetivo de expandir o programa de monitoramento de infratores soltos em audiência de custódia. O pregão eletrônico está previsto para 27 de junho.

Os equipamentos serão destinados, inicialmente, para a capital e cidades da Baixada Santista - nesta região, de acordo com a Secretaria da Segurança Pública (SSP), "podem ser destinados aos condenados integrantes de organização criminosa que estão cumprindo penas em regime aberto sem qualquer fiscalização".

Outra prioridade serão os agressores de mulheres indiciados pela Lei Maria da Penha. Desde setembro de 2023, suspeitos de violência doméstica são submetidos ao monitoramento eletrônico, inicialmente com 200 tornozeleiras cedidas pela Secretaria de Administração Penitenciária.

Os dispositivos contam com sistema de georreferenciamento, de modo que a Polícia Militar (PM) pode acessar em tempo real os deslocamentos dos infratores.

Até o momento, segundo a SSP, 154 pessoas receberam o dispositivo, sendo 127 por violência doméstica ou familiar. Dentre os monitorados, 29 foram presos pela PM descumprindo as ordens judiciais.

A nova licitação prevê contratação pelo período de 12 meses, prorrogáveis por até dez anos, e cobertura em todo o Estado.

Reportagem do Estadão mostrou que o número médio de presos no regime semiaberto beneficiados por saídas temporárias, a saidinha, no Estado de São Paulo tem sido pelo menos quatro vezes maior do que a quantidade de tornozeleiras eletrônicas que o governo dispõe. O Estado possui um total de 8 mil tornozeleiras, com 6,5 mil delas em uso.

STF

SP tem 5 dias para explicar penduricalho a Procuradores

RAYSSA MOTTA/AE

A ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), deu cinco dias para o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e a Assembleia Legislativa do Estado se manifestarem sobre a lei que criou uma licença por "excesso de trabalho" para os procuradores do Estado. O prazo, informou a ministra, é "improrrogável".

A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da República (PGR) também foram intimadas a dizer se consideram ou não o benefício constitucional. Os órgãos terão três dias para enviar seus pareceres, após as manifestações do governo e da Assembleia de São Paulo.

A ministra vai aguardar o prazo para decidir se suspende ou não o benefício. Ela informou que pretende decidir com urgência, "com ou sem manifestação".

FOLGAS OU DINHEIRO

O benefício para os procuradores do Estado de São Paulo foi criado a partir de um projeto de lei apresentado pelo próprio Tarcísio, que pediu urgência na votação do texto. Quem estiver sobrecarregado, poderá tirar um dia de folga a cada três trabalhados, até o limite de sete dias de descanso no mês, ou receber o valor em dinheiro.

De acordo com as novas regras, o pagamento em dinheiro deve ocorrer quando o procurador, "por necessidade do serviço", não puder tirar as folgas. Como o projeto parte da premissa do excesso de trabalho, a tendência é que as indenizações se sobreponham aos dias de descanso, ou seja, que se tornem mais um "extra" fora do teto remuneratório.

O salário inicial dos procuradores do Estado de São Paulo é de R$ 38,9 mil.

Podem pedir a licença - ou reembolso - os procuradores que trabalharem em finais de semana ou feriados para atender "providências extrajudiciais ou judiciais", que estiverem cobrindo colegas durante férias ou licença e que acumulem funções em grupos de trabalho, comitês, mutirões, programas de colaboração ou "quaisquer atividades públicas relevantes".

AÇÃO NO STF

O Partido Novo entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal para tentar derrubar o benefício. O partido afirma que a lei é inconstitucional porque foi aprovada na Assembleia Legislativa sem uma estimativa do seu impacto orçamentário e porque, na avaliação do Novo, viola os princípios da moralidade e da eficiência na administração pública.

Para o partido, o benefício funciona, na prática, como um aumento de salário indireto para uma carreira específica. A ação também alerta para o crescimento permanente das despesas de pessoal no Estado.

O Novo avalia que esse passivo se tornará uma espécie de bola de neve no longo prazo. Isso porque, argumenta o partido, as atividades devem se acumular ainda mais com as folgas, já que serão menos dias trabalhados por mês.

"É inimaginável cogitar que um servidor público, por excesso de serviço, poderá ter direito a 7 (sete) dias de folga (leia-se: de licença) por mês. Mais do que não imaginável, é imoral", diz um trecho da ação.

O Novo calcula que, se todos os 915 procuradores do Estado em atividade pedirem mensalmente os sete dias de licença em dinheiro, o custo do penduricalho pode chegar a R$ 101 milhões por ano.

As compensações serão custeadas com recursos do fundo de administração da Procuradoria Geral do Estado. Criado em 1976, ele é alimentado por verbas de honorários. O Governo de São Paulo e a Associação dos Procuradores do Estado não informaram quanto há no fundo. O balanço contável de 2023 informa que há R$ 36,5 milhões nesse fundo.

Em entrevista ao Estadão, o presidente da Associação dos Procuradores do Estado de São Paulo, José Luiz Souza de Moraes, garantiu que a licença não será usada como uma "farra do boi" e que os servidores só vão pedir compensações por trabalhos "extraordinários".

Já a PGE alega que a licença é um "instrumento de gestão já adotado por outras carreiras jurídicas nos três níveis de governo".

PRIVATIZAÇÃO

SP estuda passar Hospital Emílio Ribas para iniciativa privada

DANIEL MELLO/ABRASIL

O governo de São Paulo estuda passar para a gestão privada o Instituto de Infectologia Emílio Ribas. O hospital é um serviço porta aberta – que atende sem agendamento prévio – sob administração direta da Secretaria Estadual de Saúde. Nesta semana, uma reunião entre a direção do hospital e representantes dos funcionários discutiu a proposta. As possibilidades de mudanças na administração do hospital foram apresentadas pelo diretor do Instituto Butantan, Ésper Kallas. A Secretaria de Saúde informou que o tema não é debatido de forma oficial dentro da pasta, mas reconheceu que existe uma discussão do assunto fora dos canais oficiais.

Os funcionários se reuniram em assembleia na última terça-feira para analisar o tema a partir dos relatos sobre uma reunião ocorrida na semana anterior.

Em comunicado aos trabalhadores do hospital, foi informado que a instituição tem necessidade de mais flexibilidade na gestão, especialmente de recursos humanos e financeiros.

INFECTOLOGIA

Fundado em 1880, o hospital, localizado na zona oeste paulistana, teve papel importante no atendimento da recente epidemia de dengue e durante a pandemia de Covid-19 ficou dedicado ao atendimento dos infectados com a doença.

O Emílio Ribas atende diversas especialidades, como tuberculose e HIV, que afetam especialmente as populações mais desprotegidas socialmente. Segundo o Ministério da Saúde, no ano passado, 3,4% das pessoas em situação de rua adoeceram por tuberculose, doença que tem incidência 54 vezes maior entre esse público do que na população em geral. A instituição oferece ainda profilaxia pré-exposição, para pessoas que têm risco maior de contrair HIV, e profilaxia pós-exposição, que pode ser usada por pacientes que sofreram violência sexual.

Entre as possibilidades para o Emílio Ribas está a fusão com o Hospital das Clínicas, um grande complexo hospitalar que fica ao lado do instituto de infectologia.

ELEIÇÕES 2024

Mãe de Bruno Covas deixa PSDB com lançamento de Datena para prefeitura

PEDRO AUGUSTO FIGUEIREDO/AE

No dia em que o PSDB lançou o apresentador José Luiz Datena (PSDB) como pré-candidato a prefeito de São Paulo, a mãe do ex-prefeito Bruno Covas, morto em decorrência de um câncer em 2021, pediu para deixar o partido ontem. Na carta de desfiliação enviada ao diretório de Santos, Renata Covas não justificou o pedido.

Ela, contudo, apoia a reeleição do prefeito Ricardo Nunes (MDB) (**foto**), originalmente vice de seu filho. O irmão de Renata, Mario Covas Neto, que estava no lançamento da pré-candidatura, é cotado como vice de Datena.

Outro integrante histórico da sigla, o ex-ministro Aloysio Nunes também pediu a desfiliação ontem. Assim como Renata, ele queria que o PSDB apoiasse Nunes, em cuja gestão foi presidente da SP

ROVENA ROSA/ABRASIL

NEGÓCIOS

Durante o lançamento da pré-candidatura de Datena, José Aníbal, presidente municipal do PSDB, disse que propôs ao prefeito reeditar a aliança de 2020, desta vez com um tucano na vice. "Não consideraram nossa proposta", disse. O favorito para ocupar a vice do emedebista é o bolsonarista e ex-coronel da Rota, Ricardo de Mello Araújo (PL). Ele foi indicado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

Datena foi para o PSDB em uma articulação da pré-candidata Tabata Amaral (PSB). A ideia da parlamentar era que o apresentador fosse seu vice em uma costura para selar o apoio dos tucanos. Ontem, porém, Datena disse que as "circunstâncias mudaram".

Questionado pelo Estadão se também deixaria o PSDB, Orlando Faria, coordenador da pré-campanha de Tabata, respondeu que "ainda não". "Acredito que ainda possa haver mudanças no cenário. Até as convenções, muitas coisas podem acontecer. O centro democrático precisa estar unido", declarou. Faria compareceu ao lançamento da pré-candidatura de Datena, mas foi discreto.

O apresentador da Band tem o respaldo do presidente do PSDB, Marconi Perillo, e do deputado federal Aécio Neves (PSDB), que também estiveram em São Paulo para o evento de Datena, mas uma ala do PSDB promete tentar impedir a candidatura do apresentador quando o tema for discutido no âmbito da federação PSDB-Cidadania e na convenção partidária que será realizada entre 20 de julho e 5 de agosto.

O grupo é liderado pelo ex-presidente municipal Fernando Alfredo (PSDB), que ainda quer que o partido se alie a Nunes sob o argumento que trata-se da mesma gestão de Bruno Covas e que esse seria o desejo do ex-prefeito. Esta ala, porém, é taxada de fisiológica e interessada por cargos na prefeitura pelo atual diretório municipal.

Uma das ausências no lançamento da pré-candidatura de Datena foi o presidente da federação PSDB-Cidadania em São Paulo, Duarte Nogueira. "Tive Compromisso inadiável de inauguração e assuntos locais do município de Ribeirão Preto", justificou ele, que é prefeito da cidade.

QUEM É ALOYSIO ?

O ex-ministro de Estado Aloysio Nunes, quadro histórico do PSDB, anunciou ontem, sua desfiliação da legenda. A decisão foi confirmada por Aloysio ao Estadão e formalizada em ofício enviado a José Aníbal, presidente do diretório tucano na capital paulista.

No documento, Aloysio não expõe os motivos para a saída da legenda em que está filiado há 27 anos. A desfiliação, no entanto, ocorre horas após a confirmação de que o PSDB terá o apresentador Datena como pré-candidato à Prefeitura de São Paulo.

Aloysio é da "velha guarda" tucana, mas não participou da fundação da sigla, em 1988. Emedebista, ele só migrou para o PSDB em 1997. Acumula uma extensa carreira política desde a década de 60, quando emergiu como líder do movimento estudantil. Desde então, exerceu mandatos como deputado estadual, deputado federal, secretário, ministro e senador.

MILITANTE

Aloysio Nunes Ferreira Filho é natural de São José do Rio Preto, no interior paulista. Ele iniciou a militância política no movimento estudantil, chegando a presidir o Centro Acadêmico XI de Agosto, que representa os alunos Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

Após o golpe militar de 1964, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro e passou a atuar na clandestinidade, envolvendo-se em ações de guerrilha. Ele chegou a ser condenado em um processo penal, mas já se encontrava no exterior, onde seguiu militando.

Em 1974, migrou do Partido Comunista para o MDB, legenda de oposição à ditadura militar. Retornou ao País em 1979, com a promulgação da Lei da Anistia.

LÍDER

Em 1982, foi eleito deputado estadual, com 46.545 votos. Na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), atuou como líder do governo de Franco Montoro. Na eleição seguinte, em 1986, obteve 64.311 votos e renovou o mandato na Assembleia.

Atuou como líder na Casa do governador Orestes Quércia, que o indicou para compor como vice a chapa de Luiz Antônio Fleury, candidato ao governo paulista.Fleury e Aloysio foram eleitos em 1990 com 7.368.730 votos, em segundo turno contra Paulo Maluf, do PDS. De 1991 a 1994, além de vice, acumulou o cargo de Secretário Estadual dos Transportes.

CANDIDATO

Em 1992, Aloysio foi o candidato do PMDB à Prefeitura de São Paulo. Obteve 537.930 votos e, com a terceira colocação no pleito, não passou para o segundo turno, no qual Maluf venceu o então senador Eduardo Suplicy, do PT, por 2.805.201 votos a 2 024.957.

Em 1994, se candidatou a deputado federal, sendo eleito com 53 210 votos. Três anos depois, em 1997, deixou o PMDB e se filiou ao PSDB, sigla do então presidente Fernando Henrique Cardoso. No ano seguinte, reelegeu-se para um segundo mandato na Câmara, com 83.685 votos. Em 1999, assumiu a Secretaria-Geral da Presidência, permanecendo no cargo até 2001, quando migrou para a pasta de Justiça. Permaneceu como ministro até 2002. Naquele ano, reelegeu-se deputado federal pela terceira vez, com 250.936 votos, a sétima maior votação para o cargo no Estado.

De 2005 a 2006, durante a gestão de José Serra (PSDB) na Prefeitura de São Paulo, licenciou-se da Câmara para assumir a Secretaria da Casa Civil da capital.

CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ/MF nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 353.0057653-5

EDITAL DE 2ª (SEGUNDA) CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE TITULARES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA SÉRIE ÚNICA DA 43ª EMISSÃO DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Série única da 43ª Emissão da CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Prof. Atílio Innocenti, 474, conjuntos 1009 e 1010, CEP 04.538-001, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob o nº 41.811.375/0001-19, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Titulares dos CRI", "CRI", "Emissão" e "Securitizadora" ou "Emissora", respectivamente), em consonância com o disposto na cláusula 13 do *Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da Série Única da 43ª (Quadragésima Terceira) Emissão da Canal Companhia de Securitização* ("Termo de Securitização"), nos termos da Resolução nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), no que couber, a reunirem-se em Assembleia Geral de Titulares dos CRI ("AGT"), em 2ª (segunda) convocação, a realizar-se no dia 24 de junho de 2024, às 12:00 (doze) horas de modo exclusivamente digital, inclusive para fins de contabilização de votos, sem a possibilidade de participação presencial. A AGT será realizada por meio de videoconferência na plataforma digital Microsoft Teams, cujo acesso será liberado de forma individual após devida habilitação do Titular do CRI, conforme previsto neste digital. A AGT será instalada a fim de deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de renúncia prévia conforme previsto na Cláusula 13.9.3 do Termo de Securitização, referente à eventual configuração do Evento de Vencimento Antecipado descrito na Cláusula 7.6.1. (xvii) e 7.6.2 (xvi) do Termo de Securitização, em decorrência da ação de desapropriação direta por utilidade pública com pedido liminar de imissão na posse, aforada pelo município de Itajaí, que tramita na Vara da Fazenda Pública da comarca de Itajaí-SC sob autos eletrônicos nº 5004358-38.2024.8.24.0033 ("Desapropriação Parcial"), tendo por objeto parte do imóvel (terreno) matriculado sob nº 12.076 junto ao 1º Ofício de Registro de Imóveis da mesma comarca, de titularidade da Embraed Empresa Brasileira de Edificações S.A., entregue em garantia real de alienação fiduciária, tendo como credora fiduciária a Securitizadora, conforme "Escritura Pública de Constituição de Garantia Real de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças", lavrada nas notas do Primeiro Tabelionato de Notas e Protestos da comarca de Balneário Camboriú-SC, que integra uma área maior de 339,048m2 (trezentos e trinta e nove mil, quarenta e oito metros quadrados); (ii) Caso aprovado o item (i) acima, ratificar que a Devedora constituirá diretamente advogados com a cláusula "*ad judicia*", para agir em qualquer juízo, instância ou tribunal, com todos os poderes para o foro em geral, com vistas à defesa nos autos da Desapropriação Parcial, dispensando a Securitizadora de qualquer atuação neste sentido, em qualquer juízo, instância ou tribunal; (iii) Autorizar a Emissora, o Agente Fiduciário e as demais partes relacionadas à Emissão, conforme aplicável, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação e implementação dos itens acima, bem como celebrarem quaisquer aditamentos aos Documentos da Oferta e demais documentos que se façam necessários para a efetivação das matérias eventualmente aprovadas da Ordem do Dia. Instruções Gerais: A AGT será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AGT para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AGT - CRI EMBRAED 43", observando o disposto na CVM 60, e conforme documentação abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e d. quando representado por procurador: caso qualquer Titular de CRI indicado nos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AGT. Fica facultado aos Titulares dos CRI o preferimento do voto durante a realização da AGT ou através do envio da instrução de voto, sem rasuras, cujo modelo e instruções de preenchimento pode ser encontrado no site da Securitizadora. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (https://www.canalsecuritizadora.com.br) e da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br - Sistema Fundos.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AGT. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação.

São Paulo, 13 de junho de 2024. **Amanda Regina Martins -** Diretora de Securitização e de Distribuição.

2023

Brasil reconhece mais de 77 mil pessoas como refugiadas

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O governo do Brasil reconheceu 77.193 pessoas como refugiadas em 2023, o maior quantitativo verificado ao longo de toda história do sistema de refúgio nacional e que representou variação positiva de 1.232,1%, se comparado ao ano de 2022. O Brasil já reconheceu ao todo 143.033 pessoas como refugiadas.

Os dados estão na 9ª edição do Anuário Refúgio em Números, organizado pela equipe do Observatório das Migrações Internacionais (OBMigra), a partir de dados oficiais do governo federal. O relatório foi divulgado pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) e pela Agência das Nações Unidas (ONU) para Refugiados (Acnur), ontem, em Brasília.

Os venezuelanos somaram 112.644 solicitações, que corresponderam a 81,4% do total de pedidos apreciados pelo comitê. O estudo destaca ainda as solicitações de haitianos (5,6%), cubanos (2,9%), angolanos (1,7%) e bengalis (1,2%) vindos da Ásia, do total de solicitações. Houve aumento do volume de solicitações de refúgio por mulheres e, também, por crianças e adolescentes.

As solicitações de reconhecimento da condição de refugiado examinadas pelo Comitê Nacional para os Refugiados (Conare), dentro do Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 2023 chegaram a 138.359, o que representa um aumento de 235% em relação a 2022. O número efetivo de reconhecimento de refúgio foi maior porque decidiu sobre o processo de anos anteriores.

O representante da Agência da ONU para Refugiados (Acnur) no Brasil, Davide Torzilli, destaca os procedimentos adotados pelo Brasil, a partir de 2023, como o aumento da capacidade de triagem do pedidos pelo Conare, o processo simplificado para análise de perfis em risco acentuado de perseguição, tempo de processamento mais célere dos pedidos, decisão abreviada para solicitação dos que cumprem os requisitos para dispensa de entrevista em alguns casos, tem abreviado o tempo de processamento e da decisão sobre a concessão do refúgio.

"Todos esses avanços têm sido reconhecidos no Fórum Global sobre Refugiados, em dezembro de 2023 e têm permitido o Brasil representar os compromissos muito ambiciosos e importantes na proteção internacional", destacou Torzilli.

REFÚGIO NO BRASIL

A partir dos números divulgados, a diretora do Departamento de Organismos Internacionais do Ministério das Relações Exteriores, embaixadora Gilda Motta, observou que tem crescido o número de pessoas em todo o mundo que têm buscado refúgio no Brasil e que, apesar das limitações e desafios sócio-econômicos, o país tem avançado na legislação que trata do sistema de proteção aos refugiados no território, baseado no respeito à dignidade humana e aos direitos humanos.

"Temos concedido vistos humanitários a pessoas afetadas pelas situações de crises no Afeganistão, na Síria, no Haiti e na Ucrânia. E estabelecemos a Operação Acolhida, desde 2017, para receber e integrar outros venezuelanos que querem se estabelecer no Brasil", diz

A operação Acolhida do governo federal, criada em 2017, garante o atendimento aos refugiados e migrantes venezuelanos em situação de vulnerabilidade. "Em todos esses casos, o país assegura a igualdade de direitos com os nossos nacionais, independentemente do status migratório. Mas, infelizmente, a solidariedade internacional não tem crescido na mesma proporção", observa a embaixadora.

POPULAÇÃO DESLOCADA

O relatório anual Tendências Globais Deslocamento Forçado em 2023, divulgado pela Agência da ONU para Refugiados, mostra que o número total de pessoas deslocadas à força subiu para 120 milhões, de acordo com dados de maio de 2024, como consequências de novos conflitos e de outros já existentes e pela incapacidade de resolver crises prolongadas. "Com base nesses dados, a população deslocada global quase equivaleria à população de um país do tamanho do México", diz o Acnur.

Em relação ao fim de 2023, este número chegou a 117,3 milhões.

A Síria continua sendo a maior crise de deslocamento do mundo, com 13,8 milhões de pessoas deslocadas à força dentro e fora do país. O organismo ainda destacou o conflito no Sudão, com um total de 10,8 milhões de sudaneses deslocados, no fim de 2023. Além das violências sofridas pelas populações de Mianmar e na República Democrática do Congo que forçaram os deslocamentos de milhões de pessoas no ano passado.

A Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina no Próximo Oriente (UNRWA) estima que, no fim de 2023, cerca de 1,7 milhão de pessoas na Faixa de Gaza (75% da população) foram obrigadas a se deslocar devido a violência, em sua maioria refugiados palestinos.

PL/DELAÇÃO DE PRESOS

Procuradores veem 'inversão de lógica' e inconstitucionalidade

PEPITA ORTEGA/AE

A Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal elencou inconstitucionalidades no projeto de lei que veda delações premiadas de presos e criminaliza a divulgação da colaboração. Segundo a Procuradoria, a proposta viola o princípio da ampla defesa, assim como os princípios da isonomia e da autonomia da vontade, além de afrontar uma série de obrigações internacionais assumidas pelo País.

Assim, os procuradores indicam que o projeto sob discussão dos parlamentares, sob o argumento de proteger o acusado, pode prejudicar o mesmo quando ele 'estiver decidido a colaborar, de maneira voluntária e devidamente informada'.

"Haveria uma restrição inconstitucional dessa alternativa para o réu preso, sem uma justificativa plausível, a não ser supostamente protegê-lo, mesmo quando essa proteção contrarie o melhor interesse de sua defesa! Esse raciocínio acaba por prejudicar o investigado, sob o fundamento de protegê-lo, em uma inversão do fundamento dos direitos fundamentais. Realmente, seria um contrassenso que garantias estabelecidas em nome do imputado - o caráter voluntário da colaboração - seja utilizada para retirar-lhe direitos. É uma verdadeira inversão da lógica dos direitos humanos", registra o texto.

A nota técnica foi divulgada na quarta-feira passada, mesmo dia em que a Câmara dos Deputados aprovou acelerar a tramitação do projeto de lei. A proposição tem como justificativa a premissa de que a mudança asseguraria a voluntariedade da delação, evitando o uso de prisões como 'instrumento psicológico de pressão'.

A avaliação da 5CCR, no entanto, é a de que o PL 'vai exatamente no sentido oposto' do que pretende: "Ao proibir a celebração do acordo de colaboração com pessoas presas, a lei restringe o direito de todo cidadão à ampla defesa e viola uma séria de garantias do investigado".

Segundo a Procuradoria, o projeto não serve como 'elemento inibidor da decretação de prisões provisórias indevidas' e tampouco vai contribuir para assegurar a voluntariedade do colaborador. O MPF lembra que a delação é uma estratégia de defesa, 'claramente uma escolha racional, à luz de um cálculo utilitarista de custos e benefícios'.

Os procuradores também argumentam que, caso o PL seja aprovado, é 'imprescindível' que fique expresso que a nova lei não alcançaria delações fechadas e homologadas antes da publicação da norma, ' sob pena de violação do ato jurídico perfeito'. Assim a lei não valeria, por exemplo, para a delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens que implicou o ex-presidente Jair Bolsonaro em uma série de investigações em tramitação no Supremo Tribunal Federal.

Com relação à proposta de criminalização do vazamento do conteúdo das delações, o MPF defende uma melhor delimitação da proposta sob debate na Câmara dos Deputados. A Procuradoria lembrou que, a lei de organizações criminosas veda expressamente a publicização de delações antes do recebimento da denúncia ou da queixa-crime.

Segundo a Câmara de Combate à Corrupção do Ministério Público Federal levantamento do sigilo da colaboração, tanto para a colheita de elementos de corroboração dos depoimentos como em razão do princípio da publicidade. A sugestão é para que o texto do PL indique a criminalização em caso de depoimento sob sigilo.

FUNDO DO POÇO

Presidente do Solidariedade é suspeito até de sumiço de helicóptero

PEPITA ORTEGA/AE

As suspeitas que os investigadores da Operação Fundo no Poço levantaram sobre o presidente do Solidariedade Eurípedes Gomes Macedo Júnior não se limitam a um desvio estimado em R$ 36 milhões do Fundo Partidário com candidaturas laranja ou o uso do dinheiro da legenda para passeios internacionais de seus familiares.

Foragido da Justiça, ele é investigado pela Polícia Federal também pelo eventual envolvimento no sumiço de um helicóptero avaliado em R$ 3,5 milhões do PROS e, ainda, pelo 'desmonte' da sede e do parque gráfico do partido. Os federais também o põem sob suspeita de ligação com esquema de furto mediante fraude que teria resultado no 'esvaziamento de contas da agremiação' às vésperas de sua destituição da presidência do PROS.

O Estadão tem reiterado ao Solidariedade manifestação sobre a investigação da PF que atribui a seu presidente extensa rotina de delitos. O espaço está aberto para a legenda e Eurípides.

A longa lista de suspeitas que recaem sobre a conduta de Eurípides consta da decisão judicial que colocou a PF em seu encalço - outros seis investigados foram presos na abertura da Operação Fundo no Poço, na quarta-feira passada.

O cerco a Eurípides foi autorizado pelo juiz Lizandro Garcia Gomes Filho, da 1ª Zona Eleitoral de Brasília. Ao decretar a prisão preventiva do dirigente partidário, o magistrado destacou indícios que apontam para desvios de recursos dos Fundos Partidário e Eleitoral, em benefício do próprio Eurípides e de familiares e aliados dele.

A PF o descreve como o chefe de uma organização criminosa 'estruturalmente ordenada com o objetivo de desviar e se apropriar de recursos do Fundo Partidário e Eleitoral'.

Segundo relatório da Operação Fundo no Poço, ele 'gere o partido político como um bem particular, auferindo enriquecimento ilícito pessoal e familiar por meio do desvio e apropriação dos recursos públicos destinados à atividade político-partidária'.

Como mostrou o Estadão, entre as suspeitas que colocam Eurípedes no ponto central de uma trama com dinheiro do partido está o desvio de recursos do fundo partidário para o custeio de viagens de sua família aos Emirados Árabes, França, República Dominicana, Estados Unidos, México e Itália, inclusive com escalas prolongadas no Panamá, um paraíso fiscal.

Também é investigada a destinação de significativos montantes do fundo eleitoral em proveito de candidaturas apontadas como 'laranjas', com prejuízo estimado de R$ 36 milhões.

A PF lista outros episódios ilícitos que teriam participação do presidente do Solidariedade e tiveram peso importante no decreto de sua prisão preventiva. O juiz Lizandro Garcia Gomes Filho, da 1ª Zona Eleitoral de Brasília, anotou que a prisão de Eurípedes é 'imprescindível para garantir a ordem pública e econômica' considerando a gravidade das condutas atribuídas a ele pela PF e o 'abalizado indício de materialidade e autoria'.

O juiz fez um alerta ao destacar em sua decisão a proximidade das eleições municipais. Segundo ele, as atividades de Eurípides estão 'umbilicalmente entrelaçadas ao processo eleitoral, diante do impacto direto que os crimes em apuração têm sobre o processo democrático e a estabilidade do sistema político, frente à proximidade das eleições municipais de 2024'.

"O Partido Solidariedade irá gerir verba eleitoral milionária, com grave risco de perduração dos atos criminosos, dada a percepção de que o acusado, familiares e pessoas de seu relacionamento permanecem integrando importantes cargos no Partido Solidariedade e na Fundação 1º de Maio, com forte suspeita de que persistem em plena atividade criminosa nos mesmos moldes perpetrados no então PROS. A necessidade de garantia da instrução criminal é cogente", argumentou.

O 'desmantelamento' da sede e do parque gráfico do PROS foi destacado por Lizandro Garcia no decreto de prisão preventiva de Eurípedes. Segundo o juiz, o imbróglio revela o 'risco' de que Eurípedes poderia 'comprometer a produção da prova com o ímpeto de embaraçar o prosseguimento das investigações'.

A PF indica que o ex-presidente do PROS, hoje presidente do Solidariedade, 'determinou um desmonte' do parque gráfico da legenda em Planaltina (GO) às vésperas do julgamento do Tribunal do Distrito Federal e Territórios que o destituiu da presidência daquele partido.

Os investigadores dizem ter encontrado uma nota fiscal que indica que os equipamentos teriam sido vendidos por R$ 868 mil. No entanto, segundo a PF, a avaliação dos equipamentos supera R$ 15 milhões, 'a denotar desvio de valores em favor do grupo investigado'.

EXTREMA DIREITA

Lula diz que é preciso recuperar 'bandeira anti hegemônica'

SOFIA AGUIAR/AE

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ressaltou ontem, a importância de os setores populares recuperaram a "bandeira anti hegemônica", dizendo que a contestação da ordem vigente não deve ser um privilégio da extrema direita. Em sua avaliação, a negação da política deixa um "vácuo" a ser preenchido por "aventureiros que espalham mentiras e ódio".

"A democracia e a participação social são essenciais para a conquista de direitos trabalhistas", disse o petista, durante participação na 112ª Conferência Internacional do Trabalho, que ocorreu ontem, em Genebra, na Suíça. Segundo ele, os ataques ao sistema democrático sempre implicaram em perdas de direitos.

Na declaração, Lula repudiou o extremismo que, em sua avaliação, "vende uma ilusão", além de atacar e silenciar minorias e negligenciar os mais vulneráveis. "A negação da política deixa um vácuo a ser preenchido por aventureiros que espalham mentiras e ódio", disse."A contestação da ordem vigente não pode ser privilégio da extrema direita. A bandeira anti hegemônica precisa ser recuperada pelos setores populares, progressistas e democrático", acrescentou. Na esteira, Lula condenou novamente os conflitos que acometem a Rússia e a Faixa de Gaza. Segundo ele, trabalhadores que deveriam estar se dedicando às suas vidas são direcionados para frentes de batalha. Por fim, disse que a "irracionalidade" no conflito na Europa "reacende os temores de uma catástrofe nuclear".

SUPER-RICOS

O presidente voltou a defender a taxação de super-ricos no mundo e disse que o Brasil está "impulsionando" a proposta no âmbito do G20. Em sua avaliação, vive-se uma "arquitetura financeira disfuncional, que alimenta desigualdade".

"Nunca antes o mundo teve tantos bilionários. Estamos falando de 3 mil pessoas que detêm quase US$ 15 trilhões em patrimônio. Isso representa a soma dos PIBs de Japão, Alemanha, Índia e Reino Unido. É mais do que se estima ser necessário para os países em desenvolvimento lidarem com a mudança climática", disse o presidente do Brasil. Para o chefe do Executivo brasileiro, a "mão invisível do mercado só agrava a desigualdade". "Recuperar o papel do Estado como planejador do desenvolvimento é uma tarefa urgente", disse, pedindo uma "globalização de face humana".

O presidente lamentou que, atualmente, salário igual para pessoas que exercem a mesma função ainda é "utopia". As mulheres são "um dos elos mais vulneráveis na cadeia do trabalho", comentou.

PRESOS

Defensores públicos vão ao STF contra fim das 'saidinhas'

RAYSSA MOTTA/AE

Depois dos advogados, defensores públicos também acionaram o Supremo Tribunal Federal (STF) contra a nova lei das "saidinhas", que restringiu a saída temporária de presos.

A Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) apresentou a primeira ação, na semana passada, o que na prática abriu uma nova rodada da queda de braço que orbita o tema, desta vez na Justiça.

Agora, a Associação Nacional de Defensores Públicos reforça o coro contra as mudanças promovidas pelo Congresso.

A entidade defende que a nova lei viola pactos internacionais dos quais o Brasil é signatário e vai na contramão de princípios constitucionais como o da individualização da pena, da legalidade e da humanidade.

"A legislação infraconstitucional pertinente à execução penal já previa obrigações e condições para a realização das saídas temporárias, bem como sanção para eventual descumprimento das condições impostas. Não há necessidade e razoabilidade na vedação generalizada das saídas temporárias", diz um trecho da ação.

Um ponto específico incluído na nova Lei de Execuções Penais preocupa os defensores públicos: a exigência de exames criminológicos (avaliação psicológica e social do preso) para a progressão do regime de prisão.

OUTONO: Sol com nevoeiro ao amanhecer. Noite de céu limpo. Manhã Tarde Noite 30º 18º 5% 06:31 17:14

FEIRA LITERÁRIA

João do Rio é o autor homenageado na 22ª edição da Flip

Cronista, autor de romances, ensaios, contos, peças de teatro, conferências sobre dança, moda, costumes e política. Um dos autores mais importantes do início do século XX no Rio de Janeiro, João do Rio, pseudônimo mais famoso de Paulo Barreto (1881-1921), é o autor homenageado da 22ª edição da Flip - Festa Literária Internacional de Paraty, a ser realizada de 9 a 13 de outubro.

Ele trabalhou a vida toda em jornais e revistas. Pioneiro como repórter, criou um estilo de texto híbrido de literatura e reportagem, ficção e realidade. "João do Rio não separou jornalismo de literatura. Sua busca por transformar o ofício em grande arte é um convite a pensarmos no fazer literário em seu campo expandido", disse Mauro Munhoz, diretor artístico da Flip.

Foi dessa forma que ele mudou o modo de fazer jornalismo, fundando a crônica moderna. "Muito se diz que a crônica, como ela se deu no Brasil, é um gênero totalmente brasileiro. Vem um pouco da tradição do ensaio, claro, mas aqui ganhou pitadas de humor e de observação sagaz.

João do Rio, como um dos pioneiros, foi além: registrou a história de uma cidade que se transformava, e não é exagero dizer que ele fez uma etnografia no início do século", conta a curadora da Flip, Ana Lima.

Na sua observação das ruas e do povo, João do Rio fez coro com pensadores da passagem do século XIX ao XX que tinham a cidade como centro do pensamento, refletindo sobre o progresso, a velocidade, a formação urbana e as suas contradições.

"Ele desempenhou um papel crucial ao documentar a vida urbana do Rio de Janeiro com uma perspectiva única e detalhada num momento em que a então capital federal se expandia de maneira desgovernada. Ainda hoje, o crescimento predatório faz parte da realidade de diversas cidades brasileiras, como Paraty. É com essa sensibilidade etnográfica, presente na literatura de João do Rio, que convidamos moradores e visitantes a estar no território que abriga a festa", argumenta Munhoz.

PERSONAGEM

O escritor, que conquistou uma vaga na Academia Brasileira de Letras aos 29 anos, era um personagem múltiplo e controverso. "João do Rio era e continua sendo uma figura contraditória. Por um lado, era fascinado por Paris, por outro, subia os morros do Rio de Janeiro com muito gosto, da mesma forma que o Rio era uma cidade dividida entre a fome de progresso e o convívio com sua formação", salienta Ana Lima.

"Mas, ainda que tenha morrido famoso – seu enterro arrastou multidões –, permaneceu quase esquecido por mais de um século. A homenagem da Flip quer destacar essas contradições, justamente por ajudarem a explicar o Brasil", completa.

João do Rio percorreu o mundo, colecionou admiradores e desafetos. Filho de pai branco e mãe negra, abraçou as polêmicas com coragem – desde mergulhar nas religiões de matriz africana, tão populares no Rio de Janeiro, até ser o responsável pela tradução e divulgação da obra de Oscar Wilde, o que levou a especulações sobre sua sexualidade.

Vestia-se como um dândi, arrumando brigas, despertando gargalhadas, mas nunca passando despercebido, dizem os organizadores. Vítima de um ataque cardíaco que o impediu de completar 40 anos, deixou 25 livros e mais de 2,5 mil textos publicados em jornais e revistas.

CARTAS MARCADAS

Apoio a Ucrânia: Lula recusa apelo para ir a Cúpula de paz

FELIPE FRAZÃO/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva rejeitou ontem, um novo apelo do governo da Suíça para que participasse de uma conferência de paz patrocinada pela Ucrânia, neste fim de semana, em solo suíço. O Palácio do Planalto informou que Lula recebeu o convite da presidente da Suíça, Viola Amherd, com quem se reuniu em Genebra, mas o recusou.

Lula já havia indicado aos organizadores suíços e aos ucranianos que não participaria da conferência. O encontro global almeja discutir com altos representantes, chefes de Estado e de governo a "fórmula de paz" com 10 pontos centrais, elaborada pelo presidente Volodmir Zelenski.

Kiev busca apoio a suas exigências e quer levar sua proposta à mesa para discussão com a Rússia de Vladimir Putin apenas num segundo momento. Os russos já se manifestaram contra itens da pauta de Zelenski e foram excluídos da conferência.

A Ucrânia exige a devolução de territórios - como a Crimeia tomada em 2014 - e a retirada total das tropas russas imediatamente. Moscou rejeita iniciar negociações sem manter o atual cenário no terreno, com os territórios que ocupa desde fevereiro de 2022.

O argumento de Lula é que as negociações somente vão prosperar se ambos países estiverem representados nas cúpulas internacionais. Essa posição foi verbalizada pelo petista dias antes da viagem à Europa, ao falar na necessidade de desescalada na guerra, e consta em proposta assinada por Brasil e China no fim de maio. Ucranianos e democracias ocidentais, sobretudo as representadas no G7, veem a posição do governo Lula como mais alinhada a Putin.

"O presidente cumprimentou a Suíça pela organização da conferência, mas reiterou a posição do Brasil, de que uma solução para a crise demandaria a participação de representantes dos dois lados do conflito. E reiterou o interesse do Brasil de participar e ajudar a viabilizar discussões de paz entre as duas partes", disse o Palácio do Planalto, em nota divulgada sobre o encontro bilateral no hotel onde o presidente hospedou-se.

A Cúpula sobre Paz para a Ucrânia ocorre nos dias 15 e 16, na região de Lucerna. O Brasil deve ser representado pela embaixadora Cláudia Fonseca Buzzi, representante do País na Suíça.

COLÔMBIA

Chiquita Brands é condenada por financiar grupo paramilitar AUC

KATHARINA CRUZ/AE

Um tribunal da Flórida, nos Estados Unidos, considerou a Chiquita Brands International - uma das líderes mundiais no cultivo e distribuição de banana - responsável pelo financiamento do grupo paramilitar colombiano, Autodefensas Unidas da Colômbia (AUC), na última segunda-feira. A empresa pretende recorrer da condenação.

De acordo com a CNN, a companhia americana foi condenada a pagar um total de US$ 38,3 milhões às famílias de oito vítimas das AUC - um extinto grupo paramilitar de extrema direita que foi designado como organização terrorista pelos EUA - após o júri do caso civil concluir que a Chiquita "prestou conscientemente assistência substancial à AUC em um grau suficiente para criar um risco previsível de danos a terceiros".

Em 2007, Chiquita foi multada em US$ 25 milhões pelo governo dos EUA depois de admitir ter realizado mais de 100 pagamentos às AUC, de 1997 até fevereiro de 2004, totalizando mais de US$ 1,7 milhão. Na época, a Chiquita registrou os pagamentos das AUC como "serviços de segurança", no entanto, a empresa nunca recebeu serviços reais provenientes destes pagamentos.

Victoria Mesa-Estrada, advogada da Searcy Law - firma de advogados que representa as vítimas do AUC e as suas famílias - disse que o veredicto é um alerta para que as empresas "reavaliem suas operações e garantam que não apoiem, mesmo indiretamente, a violência ou os abusos dos direitos humanos".

Em comunicado à CNN, a Chiquita disse que pretende recorrer do veredicto do júri. "A situação na Colômbia foi trágica para muitos, incluindo aqueles diretamente afetados pela violência no país, e os nossos pensamentos permanecem com eles e com as suas famílias. No entanto, isso não muda a nossa crença de que não existe base legal para estas reivindicações", afirma o comunicado da empresa. "Embora estejamos desapontados com a decisão, continuamos confiantes de que a nossa posição jurídica acabará por prevalecer."

RÚSSIA

Jornalista do EUA Evan Gershkovich será julgado por acusações de espionagem

O jornalista americano Evan Gershkovich, do *The Wall Street Journal*, que está preso há mais de um ano na Rússia por acusações de espionagem sem provas, será julgado em breve em Ecaterimburgo, nos Monts Urais, disseram as autoridades russas nesta quinta-feira.

Uma acusação contra o repórter foi finalizada e seu caso foi encaminhado ao Tribunal Regional de Sverdlovsk, cidade que fica 1.400 km a leste de Moscou, de acordo com o escritório do Procurador Geral da Rússia.

Gershkovich é acusado de "coletar informações secretas" a pedido da CIA sobre a Uralvagonzavod, uma instalação na região de Sverdlovsk que produz e repara equipamentos militares, disse o escritório do Procurador Geral em um comunicado, revelando pela primeira vez os detalhes das acusações contra ele.

Os oficiais não forneceram nenhuma evidência para respaldar as acusações. Não houve qualquer informação sobre quando o julgamento começaria.

O governo do presidente dos EUA, Joe Biden, tentou negociar a libertação do jornalista, mas o Ministério das Relações Exteriores da Rússia disse que consideraria uma troca de prisioneiros apenas após um veredicto em seu julgamento.

Gershkovich foi detido enquanto estava numa viagem de reportagem a Ecaterimburgo em março de 2023 e acusado de espionar para os Estados Unidos. O repórter, seu empregador e o governo americano negaram as alegações, e Washington o designou como detido injustamente.

O Serviço Federal de Segurança da Rússia, ou FSB, alegou na época que ele estava agindo sob ordens dos EUA para coletar segredos de Estado, mas também não forneceu evidências.

A detenção de Gershkovich, o primeiro jornalista americano preso sob a acusação de espionagem desde o fim da Guerra Fria, destacou até que ponto a invasão da Ucrânia pela Rússia prejudicou as relações entre Moscou e Washington.

Uralvagonzavod, uma fábrica estatal de tanques e vagões de trem na cidade de Nizhny Tagil, cerca de 100 km ao norte de Ecaterimburgo, tornou-se conhecida em entre 2011 e 2012 como um reduto de apoio ao Presidente Vladimir Putin.

Putin disse acreditar que um acordo poderia ser alcançado para libertar Gershkovich, sugerindo que estaria aberto a trocá-lo por um nacional russo preso na Alemanha, que parecia ser Vadim Krasikov. Ele estava cumprindo uma sentença de prisão perpétua pelo assassinato em 2019 de um cidadão georgiano de ascendência chechena em Berlim.

Questionado na semana passada pela *Associated Press* sobre Gershkovich, Putin disse que os EUA estão "tomando medidas energéticas" para garantir sua libertação. Ele disse a agências de notícias internacionais em São Petersburgo que tais liberações "não são decididas via mídia de massa" mas através de uma abordagem "discreta, calma e profissional".

"E certamente devem ser decididas apenas com base na reciprocidade", acrescentou, aludindo a uma possível troca de prisioneiros. Gershkovich pode pegar até 20 anos de prisão se condenado.

SAÚDE

Nova Caderneta da Criança tem teste para detecção de autismo

PAULA LABOISSIÈRE/ABRASIL

A nova edição da Caderneta da Criança – Passaporte da Cidadania fornece um teste para detecção precoce de risco para transtorno do espectro autista (TEA) com orientações adicionais para cuidadores e profissionais de saúde sobre a aplicação e a interpretação do exame.

Agora, foi acrescentada à publicação o link da entrevista de seguimento que deve ser aplicada quando a primeira etapa do teste é positiva. Em nota, o Ministério da Saúde reforçou que se trata de um teste de triagem, não de confirmação de diagnóstico. No comunicado, a pasta avaliou a atualização da caderneta com a ferramenta como fundamental para o cuidado com as crianças, além de trazer informações relevantes para os pais, responsáveis, profissionais de saúde, de educação e de assistência social.

"As informações também são relevantes para que as famílias compreendam o significado do teste e que o diagnóstico de crianças com autismo necessita de uma equipe multiprofissional", destacou o ministério, ao citar que o diagnóstico precoce permite intervenções em tempo oportuno.

COVID-19

A nova edição da caderneta traz ainda o calendário de vacinação infantil atualizado, com a dose contra a Covid-19 incluída.

O Ministério da Saúde informou que prepara a impressão de cerca de 3 milhões de novas cadernetas para distribuição em todos os estados e capitais.

A previsão é que o material seja encaminhado no segundo semestre de 2024.

CÚPULA

Países do G7 impõem novas sanções contra Rússia, em ação coordenada

GABRIEL BUENO DA COSTA/AE

O Reino Unido anunciou, em comunicado ontem, que o país e os outros membros do G7 estão impondo novas sanções contra a "máquina de guerra" da Rússia na Ucrânia, em uma ação coordenada. Entre os alvos estão embarcações de uma frota usada para contornar punições já impostas e instituições "no coração do sistema financeiro da Rússia", como a Bolsa de Moscou, bem como fornecedores que apoiam a produção militar do país.

As novas sanções são anunciadas no momento em que o premiê britânico, Rishi Sunak, está na Itália para a cúpula do G7, lembra o texto. Elas têm como intenção prejudicar a capacidade russa de equipar sua máquina de guerra e reafirmar o apoio dos aliados a Kiev.

O Reino Unido informa também que se comprometeu ontem a enviar 242 milhões de libras em ajuda bilateral à Ucrânia, para apoiar a ajuda humanitária, o fornecimento de energia e outros pontos. O país ainda trabalha para chegar a um acordo sobre um mecanismo para destinar lucros extraordinários de ativos russos congelados à Ucrânia.

O comunicado informa que os alvos entre os fornecedores incluem entidades sediadas em China, Israel, Quirguistão e Turquia, bem como embarcações que transportam produtos militares da Coreia do Norte para a Rússia. Entre os alvos no sistema financeiro está a Bolsa de Valores de Moscou. "Esta ação é coordenada com os EUA", após os americanos imporem punição contra essa bolsa em 12 de junho, lembra o texto.

Nota

GOVERNO DO ESTADO LANÇA JOGOS ESCOLARES DO RIO DE JANEIRO

Uma competição inédita, gratuita e aberta a todos os alunos da rede básica de ensino, com disputas em escolas de todas as regiões do estado. Essa é a proposta dos Jogos Escolares do Rio de Janeiro (Jerj), novo programa do Governo do Estado, apresentado ontem, pelo governador Cláudio Castro, no Palácio Guanabara. O programa é realizado pela Secretaria de Estado de Esporte e Lazer em parceria com a Federação de Esportes Estudantis do Rio de Janeiro (Feerj) e teve mais de 5 mil inscrições de alunos de escolas públicas e privadas. Pela primeira vez, competições serão realizadas no interior do estado e não apenas na capital.